

**4ª Vigília Nacional da Juventude
Camponesa**

13 de Março de 2015

**JUVENTUDE CAMPONESA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**“Construir uma
sociedade sempre mais
fraterna, justa e
solidária.”**

(Cf. Doc. Base p.81)

Motivação

Olá querida Juventude Camponesa do Brasil.

Chegamos a mais um tempo de quaresma, tempo de conversão, tempo de avaliarmos nossa caminhada com um cuidado especial, o cuidado com a memória e o compromisso com o projeto de Jesus Cristo;

Celebramos este ano 32 anos de caminhada da PJR e gostaríamos de refletir conjuntamente com toda a Igreja do Brasil, o nosso compromisso de cristão em *“construir uma sociedade sempre mais fraterna, justa e solidária”*, estando sempre a serviço dos empobrecidos e participando ativamente na sociedade;

Elaboramos uma proposta de planejamento e organizamos um conjunto de materiais para auxiliar a todos na realização da nossa 4ª Vigília Nacional da Juventude Camponesa, este material não é um caminho, por onde todos tenham que passar, mas um instrumento que pode ajudar no caminhar. Por isso todos precisam se preparar para a realização da vigília e com este subsídio organizar a forma mais adaptada com a realidade de cada grupo.

Neste tempo de conversão queremos nos realimentar fazendo memória a vida e a morte de Jesus, fazer memória ao seu corpo que sempre esteve a serviço e ao seu sangue que foi derramado para salvar/libertar toda a humanidade.

4ª Vigília Nacional da Juventude Camponesa

Tema: Juventude Camponesa e Participação Social;

Lema: “Construir uma Sociedade sempre mais fraterna, justa e solidária.” (Cf Doc. Base p.81);

Local: Em todos os Grupos de Base da PJR e demais grupos de Jovens Camponeses

Data: 13 de Março de 2015

Motivo:

- Necessidade de celebrar nossos 32 anos de história fazendo memória a data de criação da PJR;
- Estar em comunhão com a igreja, neste momento de quaresma e de Campanha da Fraternidade;
- Ter um espaço/momento específico para reunir a juventude camponesa do Brasil inteiro em reflexão sobre a nossa vida, sobre a sociedade que temos e a queremos construir.

Objetivos:

- Identificar e compreender os desafios existentes na sociedade e a necessidade de participação da juventude na construção de uma sociedade justa e solidária (Reino de Deus);
- Refletir sobre a necessidade da sociedade Brasileira em ouvir o clamor do seu povo, realizando uma reforma política que garanta uma maior participação das majorias (que por vezes são chamadas de minorias), em vista da justiça social e do bem comum;
- Celebrar nossa fé/vida a luz da evangélica opção preferencial pelos empobrecidos;

Planejamento

Etapas	Procedimento	Recursos	Tempo	Resp. / Quem
Mística	<p>Criar um ambiente de acolhida; Organizar e executar um momento inicial que provoque a reflexão sobre os principais problemas sociais que vivemos hoje (A desigualdade social: pobreza, a fome, a negação de direitos fundamentais e etc.)</p>			
A sociedade que temos: Os desafios / Contradições sociais existentes	<p>Criar um espaço de prosa/debate com o grupo sobre as desigualdades e contradições que cada um percebe e vivencia no seu cotidiano. Pode-se se fazer perguntas para ir orientando o debate como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais problemas sociais percebemos e vivenciamos em nossa comunidade, em nosso município, estado e País? ▪ Como avaliamos o papel do governo, no que diz respeito a cuidado com os direitos fundamentais da pessoa humana? Quais problemas existem na estrutura dos governos? ▪ Qual o papel do cristão e da Igreja diante dos desafios da sociedade? <p>Durante a prosa/debate é necessário ir formulando novas perguntas e até usando de dinâmicas para inserir todos na conversa; Os Jovens podem escrever os principais desafios da sociedade em um pedaço de papel e colocar em um Mapa do Brasil desenhado no chão.</p> <p>Fazer leitura do texto em anexo de forma participativa (todos contribuindo com a leitura) e discutir os elementos centrais do texto ou selecionar trechos/frases mais importantes para discutir;</p>	<p>Folha com o planejamento Cópias dos textos para os jovens Canetas e folhas de Papel</p>		
O nosso Deus está junto de nós sentindo nossas dores e nos orientando rumo à libertação.	<p>Cantar um hino ou um mantra em proclamação a palavra; Ler e discutir sobre as seguintes passagens bíblicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A missão de Moisés (Ex. 3, 7-9) ▪ Os chefes devem servir (Mc 10, 42-45) 	<p>Livro ou folha de Cantos; Bíblia</p>		
Nossa Opção Pelos Empobrecidos	<p>Ler o texto do anexo 2 e debater sobre porque nós precisamos fazer opção pelos empobrecidos</p>	<p>Texto</p>		
Juventude e Participação Social – Transformando a Sociedade	<p>Debater sobre quais os espaços que a juventude precisa participar, como deve acontecer esta participação e as ações necessárias para a construção de uma sociedade Fraterna, Justa e Solidária. Cada Jovem escrever em outro pedaço de papel e substituir os desafios que estão dentro do mapa do Brasil;</p>	<p>Canetas e Folhas de Papel</p>		
Celebrando a	<p>Realizar um momento místico retomando os 32 anos de opção pela Juventude</p>			

Caminhada da PJR	empobrecida do campo e o nosso compromisso com a construção de uma sociedade Justa e Fraterna (Reino de Deus);			
Confraternizando	Organizar uma forma de confraternização com comidas, bebidas, musicas, danças, poesia, teatro,... com elementos próprios da cultura da região. Uma roda onde os jovens possam conversar, partilhar a vida,...			
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluir o planejamento do encontro, adaptando a realidade de cada grupo, definindo o tempo, dividindo tarefas; ▪ Organizar musicas, cantos e dinâmicas para serem utilizado durante todo o encontro; ▪ O grupo que tiver acesso pode baixar vídeos para ajudar no debate durante o encontro, algumas sugestões de vídeos nos links abaixo: https://www.youtube.com/watch?v=8mBckqLawdw; https://www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdzY; https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU; https://www.youtube.com/watch?v=LaR99EnhLCY; https://www.youtube.com/watch?v=JDs_9zJtgrc; https://www.youtube.com/watch?v=8cPcm_eHP_8; ▪ Ao realizarem as Vigílias em cada grupo divulgar fotos nas redes sociais com a #32anosPJRparticiparparatransformar; 				

Anexo 01

Caminho para avançar na democratização

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Será que é assim? Mas é desta forma que a nossa Constituição define o sistema político atual.

A Constituição afirma que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Contudo, nosso sistema político sempre serviu e é estruturado para atender interesses das elites políticas, econômicas, sociais e culturais.

O Brasil necessita de reformas estruturais que mudem o papel de suas instituições criando uma nova institucionalidade e que avancem na democratização. As reformas agrária, urbana, tributária, do Judiciário, da educação, da saúde, a democratização dos meios de comunicação e outras têm pouca ou nenhuma chance de avançar em um Congresso Nacional composto por parlamentares eleitos com o dinheiro dos empresários e que defendem interesses contrários ao da maioria do povo.

Portanto, a realização de uma reforma no sistema político é determinante para o avanço das demais reformas estruturantes, desde que calcada no interesse público acima do privado. Essa é a garantia para o amadurecimento definitivo das instituições democráticas brasileiras.

As mudanças políticas não devem servir apenas para buscar soluções ligeiras ou contornar uma conjuntura momentânea. Mas sim assegurar a participação de todo o povo - por meio da formulação de leis, decisões e mecanismo de participação popular - e dos movimentos sociais nas decisões de políticas públicas. A reforma não pode se restringir a uma mudança político-eleitoral. É essencial que seja mais abrangente, democrática e participativa e, assim, consolide as bases para uma nação com plena democracia.

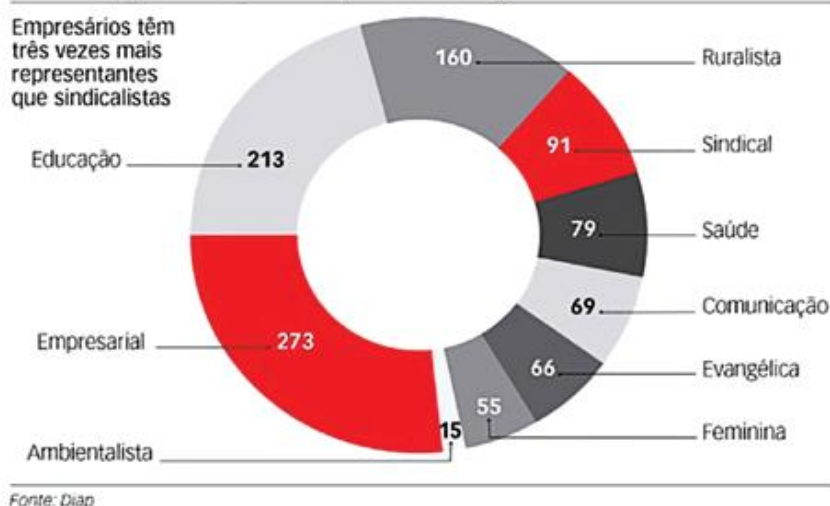
Ainda, quando falamos em sistema político, não estamos falando apenas do aspecto eleitoral, mas sim de todos os processos e instituições que de uma forma ou outra exercem poder sobre os espaços de decisão e nas vidas das pessoas.

Aperfeiçoar a democracia representativa

O sistema eleitoral é marcado por uma profunda distorção da realidade brasileira. Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Se os trabalhadores e trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

As mudanças no sistema eleitoral devem enfrentar e alterar os mecanismos que mantêm esses setores excluídos dos espaços de poder e de decisão. Para atingir esse objetivo, são necessários três elementos centrais: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.

O Congresso por representação



Enfrentar o poder econômico

Só teremos avanços na proposta da reforma política se esta questionar o atual modelo de financiamento privado de campanhas. Será que alguém acredita realmente que um empresário ao doar cem ou duzentos mil reais a uma campanha política o faz por querer “um país melhor”? Não espera ou até mesmo exige nada em troca? Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos.

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha.

Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Como é hoje, uma liderança popular sempre sai em desvantagem na disputa eleitoral, pois no atual sistema as eleições passaram a ser um grande negócio.

Gastos médios dos Candidatos nas Campanhas

Candidatos Gasto em 2010

Governador R\$ 12,2 milhões

Senador R\$ 3,7 milhões

Deputado federal R\$ 996 mil

Deputado estadual R\$ 428 mil

Média geral R\$ 4,4 milhões

Garantir representação popular

O sistema eleitoral brasileiro adota o tipo de votação nominal nas eleições proporcionais (vereadores/as e deputados/as). Votamos em um nome e não em um programa partidário, que um conjunto de representantes vai defender. Por conta disso, a disputa eleitoral é feita em torno de projetos individuais e não coletivos.

Além disso, com a votação nominal, abrem-se brechas para partidos de aluguel, sem projeto ideológico ou identidade programática entre seus filiados. Romper com isso é romper com a lógica da privatização da política. Esta questão tem relação direta com a discussão do financiamento. As elites são contra o financiamento público porque inviabilizaria a eleição de “seus nomes” que somente acontece porque há votação em pessoas e não em programas.

A sub-representação da mulher

Não é possível falar em democracia representativa diante do fato de que mais da metade da população brasileira, as mulheres, não está devidamente representada no Congresso Nacional.

As mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. No item igualdade de gênero na política, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar prefeituras e câmaras municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas e um recorde positivo na história brasileira.

Os movimentos sociais defendem a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política, como, por exemplo, listas com paridade e alternância de sexo, fundamentais para a democratização do Estado, com reflexos positivos na construção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres.

A sub-representação da população negra

O texto da reforma do sistema eleitoral brasileiro precisa propor mecanismos para enfrentar a sub-representação da população negra na política. No Brasil, 51% se autodeclaram negros/as, segundo o Censo 2010 do IBGE. Porém, apenas 8,5% (43) do total de parlamentares no Congresso Nacional se autodeclaram negros/as. Menos da metade das 27 unidades federativas tem representantes negros/as na Câmara.

Em sete assembleias legislativas (Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) não há nenhum/a parlamentar que se autodeclara negro/a.

Cabe ao Estado brasileiro reconhecer a desigualdade de condições sociais e de representação política entre brancos e não brancos e do ponto de vista de uma reforma política que institua mecanismos de equidade de gênero e raça/cor no escopo da reforma, criando condições para alcançarmos paridade entre negros e brancos e entre mulheres e homens.



A sub-representação Indígena

No Brasil, Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 817,9 mil pessoas se auto-declaram indígenas, o que inclui os residentes em terras indígenas (demarcadas) e os indígenas declarados fora delas. Além disso há 78,9 mil pessoas que se consideram indígenas por questões de tradições, costumes, cultura, entre outros. Assim, podemos considerar que a população indígena brasileira é de 896,9 mil pessoas, com 305 diferentes etnias. Sendo que, 63,8% desse total está em áreas rurais e 32,3%, em urbanas.

Os povos indígenas, despossuídos de suas terras, e dispersos pelo território nacional, vivem uma situação particular de participação na política institucional, primeiramente porque não possuem nenhuma representação no Congresso Nacional e, por sua densidade populacional, dificilmente teriam condições de garantir uma cadeira proporcional que fosse de representação indígena no parlamento nacional.

Nessa situação está colocada a questão de garantir o direito à representação aos povos indígenas. Sob que forma fazê-lo é preciso, em primeiro lugar ouvir, sobretudo, o que eles pensam do problema da representação.

Um novo sistema político precisa incluir a representação das população indígenas, para que estes sejam a voz de suas próprias reivindicações por direitos sociais e políticos.

O índio brasileiro

- 890 mil é o total de índios/as no Brasil;
- 0,4% do total da população;
- 305 etnias;
- 274 línguas distintas;
- 505 terras indígenas (igual a 12% do território brasileiro);
- 76% é a taxa de alfabetização;
- 12% moram em ocas ou 'malocas'.

Fontes: Funai e IBGE-Censo 2010

A sub-representação da juventude

Para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então afastados. Democratizar os espaços de poder é tornar a política mais acessível e menos excludente.

O número total de jovens entre 15 e 24 anos no País supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto do total da população brasileira, conforme dados do IBGE do Censo 2010. O número de jovens cresceu 19,5% desde o levantamento anterior, em 2002, que apontou 33,8 milhões. Os jovens são 40% do eleitorado no País (de 16 a 35 anos), mas menos de 3% no Congresso Nacional.

Não queremos a "inclusão" nesta ordem que aí está. Queremos mudar esta ordem. Queremos construir uma outra institucionalidade.

Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar. Lembrando que o nosso sistema político oriundo da Constituição de 1988 não rompeu com várias amarras criadas na ditadura.

A participação social - Fortalecimento da democracia direta

Há uma urgente necessidade de reformar o poder do Estado para democratizar as formas de exercê-lo e ampliar as alternativas de submetê-lo ao controle popular. Também aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, no que se refere ao processo de elaboração e execução do orçamento, para aumentar a transparência e reduzir as vulnerabilidades que levam a distorções na aplicação dos recursos públicos.

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento de políticas.

A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais à vida dos/as brasileiros/as precisa deixar de ser uma excepcionalidade. É preciso também democratizar as regras para validação de projetos de lei de iniciativa popular.

Um dos instrumentos para fortalecer a democracia direta é o povo ter o poder de convocar plebiscitos e referendos (hoje só o Congresso pode fazer isso) e definir que sobre determinados temas somente o povo pode decidir, por meio desses instrumentos. Por exemplo: limite da propriedade da terra, privatizações, leilões de riquezas estratégicas, grandes obras e eventos.

O fato de o Estado ser o ator central em todo processo decisório implica que mudanças em suas instituições são indispensáveis a qualquer estratégia de construção de um novo sistema político. Mudanças também no sentido de destruição de determinadas instituições que inviabilizam transformações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Portanto, fazem parte dessa estratégia mudanças profundas na própria estrutura do Estado, em todas as suas esferas - federal, estadual e municipal -, nos âmbitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Por isso, nos opomos ao paradigma do Estado mínimo e à concepção neoliberal de Estado e ao endeuçamento do mercado, que transforma a cidadania em consumo.

Entendemos que não existe aprofundamento democrático e reforma no plano político sem uma verdadeira reforma nos espaços públicos de decisão das políticas econômicas.

A Reforma Política e a participação popular

O Brasil, após a redemocratização na década de 1980, consolidou um processo democrático com participação em partidos e outras instituições da sociedade civil. Mas, este processo sofre sistematicamente com a corrupção, uma das principais preocupações das pessoas. O reflexo dessa situação pode ser notado no declínio da confiança nas instituições políticas e na administração dos governos, na condenação e na prisão de dirigentes e lideranças governamentais e partidárias.

O combate à corrupção requer na base a formação moral e ética das pessoas e o aprimoramento do processo político para coibir tais abusos. Como promover o exercício da política e dos governos em benefício dos cidadãos e do bem comum? Apesar de todos os esforços empenhados e do vigor mostrado pelas manifestações nas ruas em todo o país, os resultados concretos foram limitados e ainda não aconteceu uma efetiva reforma política e social.

Diante dessa situação, é animador perceber que um instrumento como a Lei da "Ficha Limpa" impediu, no pleito de 2014, a candidatura de políticos condenados, inclusive entre os acostumados a expressivas votações. A Igreja se alegra pela sua participação ativa, com outras entidades da sociedade, em todo o processo que resultou na promulgação desta Lei de Iniciativa Popular.

O aprimoramento do processo político e a qualificação dos políticos e dos partidos requerem o empenho e a participação dos cidadãos conscientes, e, por isso, dos cristãos. Os debates e mobilizações conduzem a ações concretas, e poderão traduzir-se em uma reforma política abrangente. "A luta pela reforma política é

a maneira de os cristãos se colocarem contra o difuso sentimento de decepção e descrença na política institucional que paira na sociedade.”

O bem comum e o desenvolvimento da sociedade

Em conformidade com a natureza social do homem, o bem de cada um está relacionado com o bem comum. E este não pode definir-se senão referido à pessoa humana.

A Igreja compreende o bem comum como “o conjunto das condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir a sua perfeição, do modo mais completo e adequado”. O bem comum interessa à vida de todos. Exige prudência da parte de cada um, sobretudo da parte de quem exerce a autoridade.

Na noção de bem comum incluem-se alguns elementos essenciais. Em primeiro lugar, o bem comum requer o respeito da pessoa. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A sociedade humana deve empenhar-se em permitir, a cada um dos seus membros, realizar a própria vocação. De modo particular, o bem comum reside nas condições do exercício das liberdades indispensáveis à realização da vocação humana, como, por exemplo, o direito de agir segundo a reta norma da sua consciência, o direito à salvaguarda da vida pessoal e à justa liberdade, também em matéria religiosa.

Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento da própria sociedade. O desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. Sem dúvida, à autoridade compete arbitrar, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares; mas deve tornar acessível a cada qual aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de constituir família e outros. O bem comum implica a paz, a permanência e a segurança de uma ordem justa. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a segurança da sociedade e dos seus membros. O bem comum está na base do direito à legítima defesa, pessoal e coletiva.

Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na comunidade política que se encontra a sua realização mais completa. Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade e dos cidadãos.

A participação na promoção da justiça social

A Igreja compreende a participação na vida social como um empenho voluntário e generoso da pessoa nas questões sociais. A participação na vida comunitária não é somente uma das maiores aspirações do cidadão, mas também uma das pilstras de todos os ordenamentos democráticos, além de ser uma das maiores garantias de permanência da democracia.

É necessário que todos os cristãos e demais cidadãos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este é um dever essencial à dignidade da pessoa humana. A participação realiza-se, primeiro, ao encarregar-se alguém dos setores dos quais assume a responsabilidade pessoal: pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o homem participa do bem dos outros e da sociedade.

A participação de todos, também dos cristãos, na promoção do bem comum requer, como qualquer dever ético, uma conversão de toda a sociedade. A fraude e a corrupção, pelas quais algumas pessoas se esquivam às obrigações da lei e às prescrições do dever social, devem ser firmemente condenadas como incompatíveis com as exigências da justiça. É preciso também promover o progresso daquelas instituições que melhoram as condições da vida humana.

As pessoas que exercem cargos de autoridade devem garantir os valores e colocar-se ao serviço dos seus semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. A sociedade garante a justiça social, quando realiza as condições que permitem às associações e às pessoas obterem o que lhes é devido,

segundo a sua natureza e vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.

O respeito pela pessoa humana é uma obrigação que vem da condição de ser filho e filha de Deus. Esses direitos são anteriores à sociedade e devem ser cultivados. Eles estão na base de qualquer autoridade: quando a autoridade política os despreza ou se recusa a reconhecê-los na sua lei pública, uma sociedade atenta contra a sua própria força moral.

Respeitar a pessoa humana exige que cada um considere o seu próximo, sem qualquer exceção, como 'outro ele mesmo', e zele, antes do mais, pela sua existência e pelos meios que lhe são necessários para viver dignamente.

É dever da Igreja conscientizar os homens e mulheres de boa vontade sobre estes direitos, e distingui-los das exigências abusivas ou falsas.

Este texto é constituído de recortes da cartilha do Plebiscito Popular pela Reforma Política e do Documento Base da Campanha da Fraternidade 2015.

Anexo 02

Opção pelo ser humano e preferencialmente pelos pobres

O Concílio Ecumênico Vaticano II indicou o caminho de servir a Deus servindo o ser humano. Cada homem, cada mulher é amado e amada por Deus até o fim, até a morte de seu próprio Filho na cruz. É por isso que, na ação evangelizadora, a Igreja opta pelo ser humano como seu caminho. Daí seu interesse e engajamento na defesa da dignidade e dos direitos humanos.

O sinal do aprofundamento da relação entre Igreja e o ser humano está na transição de uma Igreja comprometida com o poder para uma Igreja solidária com os pobres. Com efeito, é no mundo da pobreza que está a novidade do cristianismo, como força e poder de Deus em favor da salvação da humanidade.

O Concílio indicou a necessidade de aproximar a Igreja dos pobres. Não apenas no sentido de solidariedade e compaixão, como sempre o fizera nos séculos passados, mas também no sentido de uma real identificação entre Igreja e pobres. Os fiéis seguem seu Senhor que se fez pobre, não buscam as glórias terrenas, mas a humildade e a abnegação.

O Concílio também reconhece que a “maior parte do mundo ainda se debate em tão grande penúria que o próprio Cristo, nos pobres, como que em alta voz clama pela caridade de seus discípulos”; e denuncia que “a corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres”.

Embora o tema da pobreza e dos pobres esteja posto na *Gaudium et Spes* e em todo o Concílio apenas de forma germinal, ele oferece uma perspectiva totalmente nova para o entendimento da relação da Igreja com a sociedade. Ela não se põe mais a serviço dos poderosos, mas dos pobres de Cristo. O magistério episcopal latino-americano afirmou a opção pelos pobres como o centro de sua percepção da realidade da Igreja como mistério de comunhão e missão.

As Conferências Latino-Americana e Caribenha, desde Medellín até Aparecida, assumem de modo prático a opção pelos pobres, conforme a proposta do Documento de Aparecida:

Quantas vezes os pobres e os que sofrem realmente nos evangelizam!

No reconhecimento desta presença e proximidade e na defesa dos direitos dos excluídos encontra-se a fidelidade da Igreja a Jesus Cristo. O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofrido de Cristo neles e do encontro com Ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade Ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino.

São João Paulo II alçou a opção pelos pobres à categoria de critério de seguimento de Cristo para a Igreja em todo o mundo. O papa Bento XVI a elevou à categoria teológica ao dizer que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza”.

O papa Francisco propôs no início de seu pontificado o empenho por “uma Igreja pobre e para os pobres”. E disse no lançamento da Campanha Mundial Contra a Fome e a Pobreza, a

cargo da Caritas:

Estamos diante do escândalo mundial de cerca de mil milhões – mil milhões! – de pessoas que ainda hoje passam fome. Não podemos virar as costas e fazer de conta que isto não existe. O alimento que o mundo tem à disposição pode saciar a todos.

Convido todas as instituições do mundo, toda a Igreja e cada um de nós, como uma única família humana, a dar voz a todas as pessoas que passam fome silenciosamente, a fim de que esta voz se torne um grito que possa sacudir o mundo.

Esta campanha quer ser também um convite a todos nós para sermos mais conscientes de nosso regime alimentar, que muitas vezes comporta desperdício de comida e má-utilização dos recursos de que dispomos.

Ela é também uma exortação a pararmos de pensar que os nossos gestos cotidianos não têm impacto na vida de quem – seja perto, seja longe de nós – sofre a fome na própria pele.

Peço-lhes, com todo o coração, que ajudem a nossa Caritas nesta nobre Campanha, agindo como uma única família que se empenha em garantir o alimento para todos.